

LEI Nº 5563, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISPÕE SOBRE O LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE CANOAS, CRIA A TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Canoas. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte, LEI:

TÍTULO I DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO:

Art. 1º Ao Município compete buscar a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, visando ao desenvolvimento sustentável.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, considera-se meio ambiente o conjunto de condições, leis, influências, interações de ordem física, química, biológica, urbanística, social e econômica que permite, abriga, rege, regula e orienta a vida e a interação com o ambiente urbano, em todas as suas formas.

Art. 3º Ao Município, como membro integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente, compete utilizar o procedimento do licenciamento ambiental como instrumento de gestão ambiental, visando ao desenvolvimento sustentável.

Art. 4º Para efeito desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

Art. 5º Para avaliação da degradação ambiental e do impacto das atividades no meio urbano será considerado o reflexo do empreendimento no ambiente natural, no ambiente social, no desenvolvimento econômico e sócio-cultural, na cultura local e na infraestrutura da cidade.

Art. 6º O Município, por intermédio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) concederá as licenças ambientais relativas às atividades de impacto ambiental local e àquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

§ 1º Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados conforme legislação ambiental vigente;

§ 2º Durante os estudos para a concessão prevista no caput deste artigo, a SMMA, sempre que julgar necessário ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMMA) ou por, no mínimo, 50 (cinquenta) cidadãos, promoverá a realização de audiência pública, perdendo a validade a licença concedida na hipótese de sua não realização.

Art. 7º Consideram-se atividades de impacto ambiental local:

I - as definidas por Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA);

II - as definidas por Resolução do COMMA, respeitados os limites estabelecidos pelo CONSEMA.

Art. 8º A SMMA é o órgão responsável pelo exercício da fiscalização das atividades licenciadas.

Art. 9º Para instalação de obra ou atividade que seja classificada pelo órgão ambiental como potencialmente causadora de significativa degradação ambiental, serão exigidos Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA) em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Art. 10. A SMMA, no exercício de sua competência de controle e em conformidade com as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e CONSEMA, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Prévia (LP) - Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua concepção e localização, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação.

Art. 11. As atividades e empreendimentos de mínimo ou pequeno porte, com potencial poluidor baixo ou médio, assim definidas na Tabela Municipal de Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental, bem como aqueles destinados a habitações de interesse social sujeitar-se-ão ao licenciamento único, através da Licença Única (LU), devendo atender às condicionantes ambientais exigidas pela SMMA.

Art. 12. As atividades agroindustriais de mínimo ou pequeno porte e baixo impacto ambiental, bem como, as unidades de transporte e tratamento de esgoto sanitário de porte mínimo, pequeno ou médio, sujeitar-se-ão ao licenciamento único, através da Licença Única de Instalação e Operação (LIO), devendo atender às condicionantes ambientais exigidas pela SMMA.

Parágrafo Único - No caso das unidades de transporte e tratamento de esgoto sanitário, o procedimento simplificado não se aplica às unidades situadas em áreas declaradas pelo órgão competente como ambientalmente sensíveis.

Art. 13. A aplicação de procedimentos simplificados para as atividades descritas nos arts. 11 e 12 desta Lei deverá ser aprovada pelo COMMA.

Art. 14. As licenças terão os seguintes prazos de validade:

I - a LP terá validade de 2 (dois) anos;

II - o prazo de validade da LI deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos;

III - a LO, a LU e a LIO terão validade de 4 (quatro) anos.

§ 1º A renovação da LO, da LU e da LIO deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva da SMMA.

§ 2º Por ocasião da renovação, a LU e a LIO serão enquadradas na modalidade LO que passará a constituir a base de cálculo das taxas.

Art. 15. A SMMA, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença quando ocorrer:

I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença;

III - superveniência de riscos ambientais e de saúde.

Parágrafo Único - Em qualquer dos casos previstos neste artigo, será oportunizado o contraditório.

TÍTULO II DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 16. Fica criada a Taxa de Licenciamento Ambiental (TLA), visando o ressarcimento, pelo empreendedor, das despesas realizadas pelo órgão ambiental.

Art. 17. É contribuinte da TLA o empreendedor, público ou privado, responsável pelo requerimento da licença ambiental para o exercício da atividade respectiva.

Art. 18. A TLA deverá ser recolhida previamente à protocolização dos requerimentos das licenças ou de suas renovações, sendo seu pagamento pressuposto para a análise dos documentos.

Art. 19. A TLA, terá seu valor arbitrado, com base no porte do empreendimento e no potencial poluidor da atividade, de acordo com a Tabela contida no Anexo I desta Lei.

§ 1º O porte do empreendimento e seu potencial poluidor são os definidos na Tabela Municipal de Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental disponibilizada em meio impresso e digital.

§ 2º Por ocasião da regularização do empreendimento, não sujeito ao licenciamento único, junto à SMMA, o valor da TLA corresponderá ao somatório dos valores relativos à Licença requerida e às Licenças não requeridas, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

§ 3º Por ocasião da renovação da LO, da LU e da LIO haverá desconto de 20% (vinte por cento) sobre o valor da TLA desde que o requerimento seja protocolado com no mínimo 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade fixado na respectiva licença.

Art. 20. Aplica-se, no que couber, a legislação tributária do Município.

TÍTULO III DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. As Taxas de Licenciamento Ambiental serão recolhidas para o Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Art. 22. Por ocasião da emissão de autorizações e declarações, ficará o requerente sujeito ao pagamento de valores correspondentes ao ressarcimento das despesas realizadas pelo órgão ambiental competente.

§ 1º O valor correspondente ao ressarcimento pela emissão de uma autorização será de 30 (trinta) Unidades de Referência Municipal (URMs).

§ 2º O valor correspondente ao ressarcimento pela emissão de uma declaração será de 20 (vinte) URM.

§ 3º Os valores citados nos parágrafos anteriores deverão ser recolhidos previamente à protocolização dos requerimentos das autorizações e declarações, sendo seu pagamento pressuposto para a análise dos documentos.

Art. 23. As atividades e empreendimentos em fase de instalação e operação no Município deverão regularizar o exercício da sua atividade, submetendo-se, no que couber, ao disposto nesta Lei.

Art. 24. Para a elaboração do Termo de Referência correspondente ao EIA/RIMA e para análise dos estudos solicitados, bem como instrução técnica da manifestação do órgão ambiental quanto à definição das licenças ambientais respectivas, poderá ser constituída comissão interdisciplinar composta por profissionais designados pelas secretarias municipais competentes, contratação de consultoria ou convite a profissional notoriamente especializado.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26. Revogam-se a Lei nº **4.335**, de 30 de dezembro de 1998; a Lei nº **4.702**, de 12 de dezembro de 2002; e o art. 6º da Lei nº **5.360**, de 23 de dezembro de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOAS, em vinte e sete de dezembro de dois mil e dez (27.12.2010).

Jairo Jorge da Silva
Prefeito Municipal

Lucia Elisabeth Colombo Silveira
Vice-Prefeita e Secretária Municipal da Saúde

Aloísio Zimmer Júnior
Procurador Geral do Município

Anderson de Fraga Pereira
Resp/Secretário Municipal das Relações Institucionais

Marcelo José de Souza
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Celso Baronio
Secretário Municipal do Meio Ambiente

ANEXO I
TABELA DE VALORES DAS TAXAS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (TLA) EM URM

| Porte | Mínimo | | | Pequeno | | | Médio | | | Grande | | | Excepcional | | | |
|-----------|--------|-----|-----|---------|-----|-----|-------|------|------|--------|------|------|-------------|------|------|--|
| | B | M | A | B | M | A | B | M | A | B | M | A | B | M | A | |
| Pontecial | | | | | | | | | | | | | | | | |
| LP | 178 | 268 | 357 | 446 | 535 | 624 | 713 | 803 | 892 | 981 | 1070 | 1159 | 1249 | 1338 | 1427 | |
| LI | 161 | 241 | 321 | 402 | 482 | 562 | 642 | 723 | 803 | 883 | 964 | 1044 | 1124 | 1205 | 1285 | |
| LO | 280 | 420 | 560 | 701 | 841 | 981 | 1121 | 1261 | 1401 | 1541 | 1681 | 1821 | 1962 | 2102 | 2242 | |
| LU/LIO | 310 | 464 | | 774 | 929 | | | | | | | | | | | |

* URM em R\$ = 1,8885

